



Política de
Investimentos
2026-2030

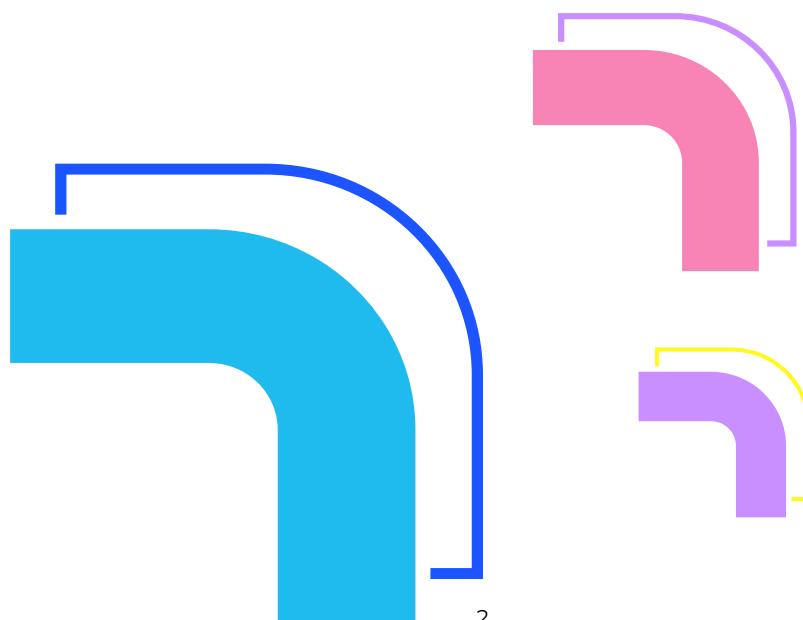


INTRODUÇÃO

O Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da Resolução CMN nº 5.202 de 28 de março de 2025, estabelece que a Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC deve definir a Política de Investimentos (“PI”) para aplicação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrados.

As Políticas de Investimentos dos planos de benefícios da FUNCEF são aprovadas pelo Conselho Deliberativo a partir de proposta elaborada pela Gerência de Macroalocação de Recursos e Cenários e apresentada pela Diretoria Executiva. Seu principal papel é cumprir com os objetivos de cada plano e de suas respectivas submassas, tanto para garantir o pagamento dos benefícios aos participantes assistidos quanto para realizar a melhor gestão do patrimônio dos participantes que ainda estão na ativa.

A Fundação possui analistas dedicados à projeção e ao acompanhamento de indicadores macroeconômicos e de mercado, que subsidiam a tomada de decisão para a adequação da carteira de forma defensiva ou de forma a aproveitar oportunidades do mercado. Além disso, é realizado um acompanhamento da exposição dos planos a diferentes segmentos de investimentos, de modo a determinar as melhores estratégias para que os planos de benefícios cumpram com seus objetivos.





ENTENDENDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA FUNCEF

Elaborada anualmente, a Política de Investimentos é aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, conforme legislação vigente e de acordo com os compromissos atuariais dos planos de benefícios, definindo a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) e de suas respectivas submassas durante um horizonte de cinco anos. Dessa forma, o desafio da Fundação, assim como o de todas as EFPCs, é de investir as contribuições dos participantes e da patrocinadora, de modo que esses investimentos rentabilizem acima da meta atuarial/índice de referência para honrar os pagamentos de benefícios no futuro.

A macroalocação desses recursos é realizada através de um modelo ALM (Asset Liability Management), que consiste em uma modelagem estocástica robusta. Por meio dela, são gerados diversos cenários sob as perspectivas futuras para o cenário macroeconômico, bem como o risco e a expectativa de retorno atrelados a cada classe de investimentos. Aliados às necessidades individuais de cada plano, determina-se a alocação ótima a ser perseguida nesse período. Dessa forma, os resultados são obtidos de acordo com alguns parâmetros:

- Regulatório (como a Resolução CMN nº 5.202/2025 e a Resolução PREVIC nº 23/2023);
- Expectativa de retorno, risco estimado e correlação de cada classe;
- Expectativas para índices macroeconômicos, como inflação, Bolsa, câmbio, entre outros; e
- Objetivo de cada um dos planos, como cumprimento da meta atuarial, risco, retorno, entre outros.

A seleção de quais ativos serão investidos, por outro lado, é uma atividade da microgestão, ficando a cargo dos gestores das classes a seleção das operações de investimentos e desinvestimentos. Essas decisões são feitas com base em critérios técnicos e estudos específicos para cada classe de investimento, seguindo procedimentos determinados pelos normativos internos da FUNCEF.

A Política de Investimentos estabelece limites mínimos e máximos de alocação para cada classe de investimentos, proporcionando maior flexibilidade na gestão da macroalocação dos recursos e permitindo a captura de oportunidades do mercado que podem surgir no curto prazo. Dessa forma, é possível ter maior dinamismo na alocação com gatilhos que permitem uma rápida revisão das diretrizes da macroalocação na eventualidade de mudanças bruscas nos cenários macroeconômicos, mas ainda em linha com os objetivos de longo prazo. Assim, a depender do cenário econômico e das expectativas em relação às classes de ativos, é possível a realização de alocações táticas, principalmente em relação aos ativos de alta liquidez, tendo em vista que o mercado é mais dinâmico.

Com as elevadas taxas de juros no Brasil, há uma convergência dos planos de benefícios para carteiras com maior exposição em renda fixa, que atingirão os objetivos determinados para cada submassa com consequente redução dos riscos estimados. O cenário macroeconômico brasileiro é frequentemente desafiador, e ao se considerar que o passivo da FUNCEF é indexado ao INPC, é necessária uma análise ainda mais cautelosa da inflação, sendo importante buscar ativos que apresentem expectativa de retorno atrelada ao mesmo indicador.



CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

O cenário global é marcado pela transição de um modelo de globalização cooperativa para um ambiente de maior polarização política e econômica. A pandemia, os conflitos geopolíticos e a guerra entre Rússia e Ucrânia evidenciaram a fragilidade das cadeias produtivas globais e fortaleceram movimentos de nacionalismo e protecionismo econômico. O comércio internacional tornou-se um instrumento importante de poder e de definição de alianças estratégicas entre os países. Os elevados níveis de endividamento público, agravados pelos gastos sociais pós-pandemia e pelo envelhecimento populacional, impõem desafios fiscais relevantes. Nesse contexto, o avanço tecnológico, especialmente em inteligência artificial, surge como fator de polarização e como potencial solução para os entraves de produtividade e crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, o segundo mandato de Donald Trump consolida uma agenda nacionalista e protecionista, com ênfase em tarifas de importação, incentivo à produção doméstica, desregulamentação e aumento dos gastos com defesa, ao mesmo tempo em que promove cortes em áreas sociais. Embora o governo tenha obtido avanços na redução dos déficits fiscal e comercial, a política comercial gerou incertezas, encarecimento de produtos, risco de ruptura das cadeias globais e desaceleração do dinamismo econômico. A economia americana apresenta aumento do custo de vida e sinais de enfraquecimento do mercado de trabalho. O Federal Reserve enfrenta o dilema entre manter juros restritivos para controlar a inflação ou iniciar cortes que poderiam reativar pressões inflacionárias. O grande desafio dos Estados Unidos para as próximas décadas é preservar a hegemonia política e econômica no mundo frente à ameaça chinesa, enquanto enfrenta questões internas como a estabilidade financeira da classe média e a polarização política.

A China atravessa uma transição em seu modelo de crescimento. O padrão baseado em investimentos, crédito abundante, exportações e urbanização em grande escala gerou excesso de capacidade produtiva e uma crise profunda no setor imobiliário, além de pressionar as finanças públicas regionais. A desaceleração econômica, a queda do valor dos imóveis e a perda de confiança das famílias reduziram a demanda interna, resultando em deflação, fechamento de fábricas e exportações a preços subsidiados. Isso intensificou as tensões comerciais com os Estados Unidos e outras economias, que reagiram com tarifas e restrições tecnológicas, especialmente no setor de semicondutores. Em resposta, o governo chinês tem adotado estímulos monetários, fiscais e medidas de suporte ao setor imobiliário, além de políticas pró-natalidade. O objetivo é alcançar a liderança econômica e tecnológica do mundo. Os principais desafios são a desaceleração do crescimento, condicionada por fatores demográficos, e a transformação para uma economia centrada no fortalecimento da demanda interna.

No Brasil, o principal desafio é fiscal. O aumento dos gastos obrigatórios, o déficit previdenciário e a fragilidade do novo arcabouço fiscal mantêm o endividamento público em trajetória ascendente, pressionando as expectativas de inflação e sustentando taxas de juros elevadas. Apesar disso, o crédito continuou crescendo, impulsionado pela maior concorrência no setor financeiro, pela atuação do BNDES e por novas modalidades como o consignado com garantia do FGTS.

A agropecuária segue como fator relevante para o crescimento da economia. Entretanto, o setor tem enfrentado alguns desafios: entre eles estão a queda recente do valor das commodities, a alta dos preços das sementes, fertilizantes e outros insumos agrícolas, além do custo de crédito elevado, fatores que têm reduzido a margem de lucro dos produtores.

O setor de serviços também cresceu, impulsionado pelas novas tecnologias digitais. De desenvolvedores de software, streamers (criadores de conteúdo audiovisual para redes sociais) até motoristas de entrega por aplicativo, todos têm colaborado para o dinamismo do setor e do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro atingiu níveis historicamente baixos, com desemprego em 5,6%, queda da informalidade e reajustes salariais acima da inflação. Contudo, a força de trabalho é menor do que no período pré-pandemia, em parte associada à expansão dos programas sociais,



especialmente do Bolsa Família, cujo valor médio passou a representar parcela relevante do salário-mínimo. A resiliência do mercado de trabalho, em conjunto com a redução da oferta de mão de obra, contribuiu para reajustes salariais acima da inflação. O aumento da renda real sustentou o consumo das famílias, dando fôlego à atividade econômica. O Banco Central, diante de expectativas desancoradas e inflação acima da meta, elevou a Selic para 15% ao ano, considerando-a suficientemente restritiva no momento. Já se observam impactos no crédito, com desaceleração das concessões, aumento da inadimplência e maior fragilidade financeira de famílias e empresas, elevando o risco de desaceleração econômica mais intensa à frente.

Em síntese, o ambiente internacional é caracterizado por maior fragmentação geopolítica, endividamento elevado e disputa pela liderança tecnológica. O Brasil enfrenta o desafio de compatibilizar crescimento econômico, controle inflacionário e sustentabilidade fiscal. Ao mesmo tempo, a nova ordem global abre oportunidades para o país ampliar sua integração econômica, promover o desenvolvimento tecnológico e reforçar o papel do setor privado como motor da competitividade e do crescimento de longo prazo.

AS SUBMASSAS E SUAS PARTICULARIDADES:

REB BD e Novo Plano BD

- São as submassas destinadas ao pagamento dos benefícios dos participantes assistidos;
- Não possuem planos de equacionamento vigentes;
- Não necessitam correr risco; e
- Têm a alocação voltada para o casamento do ativo com passivo, com cerca de 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais marcados na curva, ou seja, sem sofrer risco de mercado.

REB CD e Novo Plano CD

- São as submassas destinadas aos participantes ativos que estão em fase de acumulação;
- Buscam otimizar o índice de Sharpe (melhor relação entre risco/retorno); e
- Para essa massa de participantes, busca-se obter o maior retorno para determinado nível de risco. Mantém-se o foco no longo prazo, de modo a contribuir na composição do saldo para a aposentadoria dos participantes.

REG/REPLAN Saldado e REG/REPLAN

- São as submassas destinadas ao pagamento dos benefícios dos participantes assistidos;
- O REG/REPLAN Saldado possui plano de equacionamento vigente.
- O REG/REPLAN Saldado necessita de um retorno adicional de modo a recuperar o equilíbrio do plano. O resultado da atual Política de Investimentos apresentou uma melhora relevante nas projeções de resultado do plano.
- O REG/REPLAN Não Saldado recuperou sua solvência.
- As Políticas de Investimentos dessas submassas buscam alcançar o retorno necessário por meio de ativos de renda fixa, reduzindo a exposição ao risco de mercado e realizando a imunização do passivo.



DIRETRIZES GERAIS

Responsabilidade Socioambiental e Governança

A FUNCEF conta com uma Política de Responsabilidade Sócio Empresarial, cujo objetivo é estabelecer princípios, parâmetros e diretrizes que norteiem a atuação da Fundação como uma organização socialmente responsável e sustentável. Um dos principais compromissos é a incorporação e a priorização de investimentos que visam o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

Apreçamento dos Ativos Financeiros

Atualmente, o apreçamento de ativos da Fundação segue o manual de marcação a mercado do agente custodiante, Banco Bradesco, o que minimiza distorções entre valores registrados pela FUNCEF e pelo agente responsável pela guarda e movimentação dos ativos. Para ativos sem negociações em mercado ativo, a diretriz dos Órgãos Colegiados da Fundação prevê a contratação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas especializadas ou a precificação por meio do valor patrimonial das companhias.

Avaliação dos Riscos de Investimentos

A FUNCEF monitora e avalia regularmente os riscos de mercado, contraparte, liquidez, operacional e sistêmicos.

Seleção, Acompanhamento e Avaliação de Prestadores de Serviços

Os procedimentos para seleção e avaliação dos prestadores de serviços à administração de carteiras de valores mobiliários e de fundos de investimentos são definidos pelos órgãos colegiados. Tais procedimentos se encontram normatizados e são realizados com o envolvimento das áreas técnicas da Fundação.

Observância dos Limites e Requisitos Legais

Os limites de alocação e concentração por emissor e concentração por investimentos consideram os limites mínimos e máximos definidos pela Resolução CMN nº 5.202/2025, reforçada pela Resolução PREVIC nº 23/2023.



Objetivo e Índice de Referência dos Planos de Benefícios

	Objetivo	Meta Atuarial	Benchmark
Novo Plano CD	Maximizar a relação risco e retorno (índice de Sharpe)	4,85% a.a.	INPC + 4,85% a.a.
REB CD			
Novo Plano BD	Minimizar o risco com retorno que supere a meta atuarial acumulada no horizonte das Políticas de Investimentos	4,85% a.a.	INPC + 4,85% a.a.
REB BD			
REG REPLAN	Minimizar o risco com retorno superando meta atuarial acumulada com adicional de + 0,3 p.p no horizonte das Políticas de Investimentos	4,85% a.a.	INPC + 5,16% a.a.
REG REPLAN Saldado	Minimizar o risco com retorno superando meta atuarial acumulada com adicional de + 0,9 p.p no horizonte das Políticas de Investimentos	4,75% a.a.	INPC + 5,70% a.a.

Alocação por Planos e Segmentos de Ativos

	Novo Plano			
	Mínimo	Média	Máximo	CMN 5.202/2025
Renda Fixa	56,75%	87,46%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	4,00%	14,30%	70,00%
Estruturados	0,00%	1,04%	5,49%	20,00%
Exterior	0,00%	2,54%	8,12%	10,00%
Imobiliário	0,00%	2,10%	11,15%	20,00%
Oper. Participantes	0,00%	2,87%	6,08%	15,00%



REB

	Mínimo	Média	Máximo	CMN 5.202/2025
Renda Fixa	52,93%	86,80%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	4,25%	14,55%	70,00%
Estruturados	0,00%	0,00%	4,21%	20,00%
Exterior	0,00%	2,14%	7,34%	10,00%
Imobiliário	0,00%	3,67%	15,96%	20,00%
Oper. Participantes	1,20%	3,14%	5,59%	15,00%

REG/REPLAN

	Mínimo	Média	Máximo	CMN 5.202/2025
Renda Fixa	72,72%	88,24%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	2,14%	5,30%	70,00%
Estruturados	0,00%	0,48%	3,28%	20,00%
Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	0,00%	6,58%	13,95%	20,00%
Oper. Participantes	0,79%	2,56%	4,92%	15,00%

Para maiores informações acerca das Políticas de Investimentos 2024-2028, visite o Portal da Transparência da Fundação.



www.funcef.com.br

0800 706 9000
SCN Quadra 2 Bloco A, Ed. Corporate Financial Center - 13º andar
Brasília/DF

